

Prefeitura só gastou 9,8% dos recursos em 94

Levantamento da Procuradoria da República em São Paulo sobre a gestão da verba do Sistema Único de Saúde (SUS) constatou que o dinheiro destinado ao setor de 1991 a 1994 não teve controle

CHICO OTAVIO

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo gastou apenas 9,8% dos R\$ 92,7 milhões destinados pelo Ministério da Saúde ao setor no ano passado. O restante foi aplicado no mercado financeiro. Está é uma das conclusões do relatório enviado esta semana pela Procuradoria da República em São Paulo ao Tribunal de Contas do município e outros órgãos federais, estaduais e municipais sobre a gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma equipe de 20 auditores da procuradoria constatou que os recursos destinados ao setor não sofreram nos últimos quatro anos (1991-94) nenhum tipo de controle, provocando um quadro de fraudes, desperdícios e queda da qualidade do atendimento.

No relatório constam as principais conclusões do inquérito civil público instaurado pela procuradoria, em fevereiro deste ano, para apurar denúncias do deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP). Iniciado em fe-

vereiro, o levantamento durou quatro meses e não encontrou nenhum documento oficializando a municipalização da saúde pelo SUS, o que é exigido por lei. O relatório indica que a Prefeitura terá de devolver ao Ministério da Saúde 5,2 milhões de Ufirs (cerca de R\$ 4 milhões). A verba foi gasta irregularmente.

O documento foi encaminhado pelo procurador federal Januário Paludo, que vai pedir abertura de inquérito específico para apurar operações suspeitas entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura paulista. Ao cruzar dados fornecidos pelo órgão federal e pelo governo paulista sobre o repasse de verbas para São Paulo nos últimos quatro anos, os auditores descobriram diferenças de até 21 dias entre a saída do dinheiro de Brasília e o efetivo depósito nas duas contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde (442.062-4 - SIA/SUS e 442.981-2 - SIA/SUS).

Com o inquérito específico, o pro-

curador pretende mapear o "passo" do dinheiro entre as datas de pagamento e crédito em períodos em que a inflação mensal ficou acima de 30%. De acordo com o ministério, os recursos são creditados na conta do prestador de serviços (no caso a Prefeitura) dois dias após o envio da notificação ao Banco do Brasil. "Esses fatos merecem investigação mais profunda, porquanto colocam dúvidas sobre a veracidade de datas consideradas pelo Ministério da Saúde como de efetivo pagamento ou qualificam de forma contundente a ocorrência de desvio de recursos do faturamento", informa o relatório.

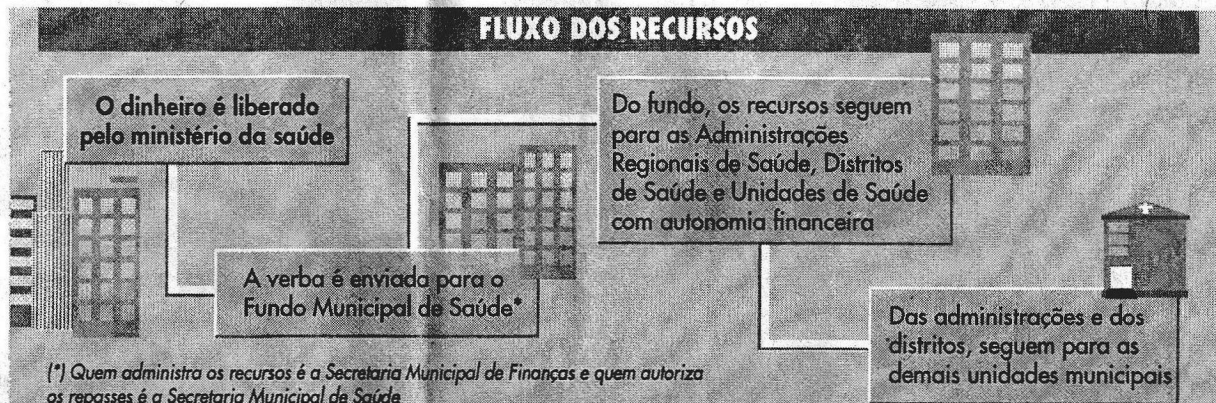
Responsável pelo inquérito, Januário Paludo dividiu o trabalho em duas auditorias (contábil e técnico-científica) e colheu informações na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Almoxarifado Central, Divisão de Transportes, além das 5 administrações regionais de saúde, 5 distritos de saúde, 180 unidades e 14 hospitais, entre os quais o Infantil

Menino Jesus, Dr. Cármino Carichio, Ignácio Proença de Gouveia, Tide Setúbal, Professor Dr. Alípio Correa Neto e do Servidor Municipal Público.

Os auditores verificaram que a Prefeitura e o Conselho Municipal de Saúde não controlam os recursos repassados para essas unidades e não sabem informar como o dinheiro foi utilizado. Em quase todas as unidades a auditoria verificou situações de desperdício, como medicamentos com prazo de validade vencido. As 5,2 milhões de Ufirs que a Prefeitura terá de devolver à União se referem a gastos irregulares com empreiteiras, empresas de turismo e compra de equipamentos para a área administrativa. Os recursos estavam vinculados ao atendimento à população.

Antes de tomar providências na área judicial, Paludo vai aguardar 15 dias pelas providências de cada órgão para o qual o relatório foi enviado.

FLUXO DOS RECURSOS



DESPERDÍCIO DE MEDICAMENTOS

Remédios com prazos de validade vencido encontrados na Administração Regional de Saúde da Penha

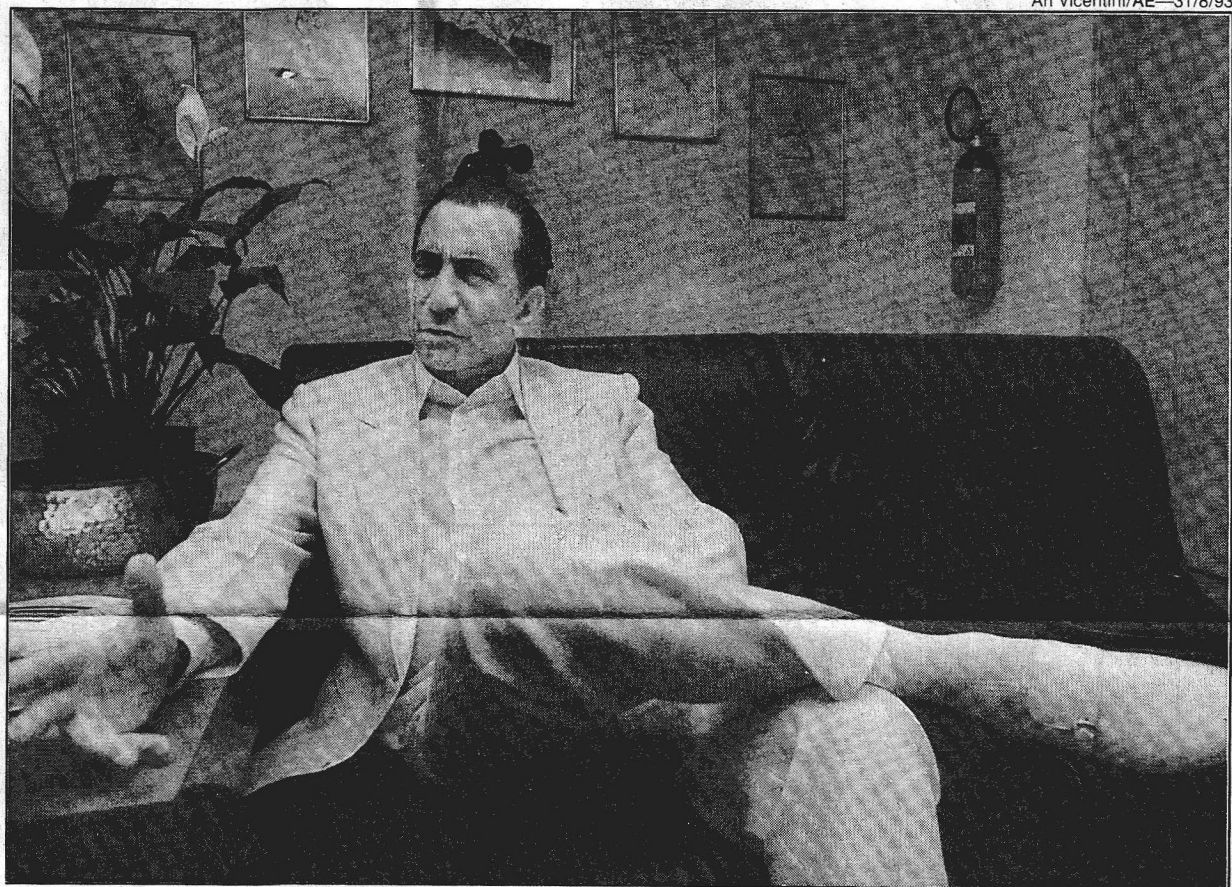
Especificação	Quantidade
Penicilina	17,5 mil ampolas
Diazepan	4,4 mil ampolas
Dapsona	67 mil comprimidos
Furosemida	17,7 mil ampolas
Pirazinamida	199,5 mil comprimidos
Rifampicina	3 mil frascos
Sulfadiazina	6 mil comprimidos

FORA DE USO

Alguns bens "estocados" no Distrito de Saúde Ermelino Matarazzo

Especificação	Quantidade
Cardioscópio	4
Monitor cardíaco	8
Aparelho de pressão	4
Berços grandes	12
Suporte para soro	30
Mesas para refeição	6
Cadeiras para refeição	4

Ari Vicentini/AE—31/8/93



Silvano Raia: ex-secretário garantiu que gastou todo o dinheiro que recebeu da Secretaria de Finanças